

2	Percentual de Centrais de Macrorregulação Assistencial mantidas	100%	100%	100%	100%	100%	100%
3	Percentual dos Componentes da Rede de Urgência e Emergência do Serviço de Atendimento Médico de Urgência Regional mantidos	100%	100%	100%	100%	100%	100%

21 1178760 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA COF/FCS Nº 001 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018

Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela Fundação Clóvis Salgado e define os parâmetros e valores para o pagamento da ajuda de custo específica com valores diferenciados a que se refere o Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, que regulamenta o artigo 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016.

A CÂMARA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF E O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CLÓVIS SALGADO, no uso da competência que lhes confere o art. 93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado, e de acordo com o disposto no artigo 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e §5º do artigo 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017.

RESOLVEM:Art. 1º - Definir os parâmetros e limites para determinação do valor da ajuda de custo específica com valores diferenciados de que trata o §5º do art. 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017 e dispor sobre as condições para seu pagamento a todo servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão, bem como ao detentor de função pública e ao contratado nos termos da Lei nº 18.185, de 04 de junho de 2009, em exercício no âmbito da Fundação Clóvis Salgado – FCS.

Art. 2º - Para efeito de pagamento da ajuda de custo, a FCS deverá cumprir as metas previstas no Plano de Metas e indicadores 2019, constante no Anexo I desta Resolução.

§1º - A ajuda de custo específica com valores diferenciados será paga a todo servidor público, cuja jornada de trabalho seja de no mínimo 6 (seis) horas, ocupante de cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão, bem como ao detentor de função pública e ao contratado nos termos da Lei nº 18.185, de 04 de junho de 2009, em exercício na FCS, nos termos do artigo 4º desta Resolução.

§2º - Para fins de percepção da ajuda de custo, não descaracterizam o cumprimento da jornada de trabalho: I – o cumprimento da jornada de trabalho em períodos diurnos e noturnos, desde que a jornada de trabalho do servidor seja de, no mínimo, 6 (seis) horas; II – os atrasos e as saídas previstas no art. 17 da Resolução SEPLAG nº 10, de 1º de março de 2004, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, desde que compensados nos termos do art. 19 da referida Resolução; III – as ausências motivadas pelas situações previstas nos incisos II, III, VI e VII do art. 31 da Resolução SEPLAG nº 10, de 2004, observados os incisos I a VI do §3º do artigo 2º desta Resolução.

§3º - Não farão jus a ajuda de custo:

I – o servidor cedido para outro órgão ou entidade, pertencente ou não à administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, ainda que com ônus para a FCS;

II – o servidor em exercício em órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo em virtude de requisição deste;

III – o servidor em afastamento para aposentadoria;

IV – o servidor liberado para mandato eletivo em diretoria de sindicato ou de entidade representativa de categoria de servidor público estadual, nos termos do artigo 34 da Constituição Estadual, considerando não se tratar de vantagem ou direito decorrente do cargo;

V – o servidor designado para o exercício de funções ou para o desempenho de missões de interesse público, ainda que prévia e expressamente autorizada pelo Governador do Estado;

VI – o servidor em exercício de mandato eletivo, com afastamento obrigatório do cargo;

§ 4º A ajuda de custo específica com valores diferenciados será pagamensalmente em pecúnia, tendo como base os dias efetivamente trabalhados e a nota total de desempenho obtida na avaliação do Plano de Metas e Indicadores, levando-se em consideração para efeito de desconto, todas as faltas injustificadas, conforme o registro de frequência do servidor.

Art. 3º - A ajuda de custo que trata o artigo 1º desta Resolução: I - possui caráter indenizatório;

II – não se incorpora à remuneração nem aos proventos de aposentadoria; III – não constitui base de cálculo de nenhuma outra vantagem.

Art. 4º – A ajuda de custo de que trata o art. 2º será paga alternativamente ao auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, e terá o valor fixo de R\$553,00 (cinquenta e três reais) por dia efetivamente trabalhado no mês, independentemente do cargo ou função.

§ 1º - A ajuda de custo não será paga quando o FCS não atingir o patamar de 70% das metas previstas no Plano de Metas e Indicadores constante no Anexo I, observados os valores da meta do referido período avaliatório e os estabelecidos nas alíneas “a” a “d” do § 2º deste artigo, hipótese em que os servidores mencionados no § 1º farão jus ao auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017.

§ 2º – Na apuração dos resultados, serão observadas, para efeito de pagamento, as faixas de desempenho global da FCS, previstas nas alíneas “a” a “d”:

- resultado alcançado inferior a 70% da meta: Zero;
- resultado alcançado de 70% a 80% da meta: 80% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução;
- resultado alcançado de 80,01% a 90% da meta: 90% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução;
- resultado alcançado de 90,01% a 100% da meta: 100% do valor previsto no artigo 4º desta Resolução.

§ 3º - Caso a meta estabelecida para o período avaliatório não seja atingida, o pagamento da ajuda de custo a ela atrelado, feito antecipadamente, será descontado nos meses subsequentes, em quantidade de parcelas correspondentes ao número de meses em que se deu referido pagamento.

Art. 5º - O Plano de Metas e Indicadores previsto no Anexo I terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, mês de referência para o início do pagamento da ajuda de custo.

§ 1º - Nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro de 2019 serão lançados 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, ficando estabelecido que até o 12º dia do mês de março/2019 será realizada a primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I.

§ 2º - Nas folhas de pagamento dos meses de março e abril de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativo a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do primeiro bimestre, conforme apurado na primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 3º - Nas folhas de pagamento dos meses de maio e junho de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativo a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do segundo bimestre, conforme apurado na segunda avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 4º - Nas folhas de pagamento dos meses de julho e agosto de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do terceiro bimestre, conforme apurado na terceira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 5º - Nas folhas de pagamento dos meses de setembro e outubro de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do quarto bimestre, conforme apurado na quarta avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 6º - Nas folhas de pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto no artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do quinto bimestre, conforme apurado na quinta avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 7º Os valores remanescentes do sexto bimestre, conforme apurado na avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores dos meses de novembro e dezembro de 2019, na forma do Anexo I, serão integralmente lançados na folha de pagamento do mês de janeiro de 2020.

§ 8º Fica estabelecido que será realizada a avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I até o 12º dia do mês subsequente a cada período avaliatório.

Art. 6º - A ajuda de custo não poderá ser percebida cumulativamente com outras vantagens ou benefícios destinados ao custeio de alimentação ou refeição.

Art. 7º - Para efeito do cálculo do valor a ser pago, as escalas deverão estar devidamente lançadas no Sistema de Apuração de Ponto da FCS no final de cada mês.

Art. 8º - Nos casos de acumulação de cargos na FCS ou qualquer órgão do Poder Executivo Estadual à disposição da FCS, cuja soma de carga horária seja superior a trinta horas semanais, o servidor fará jus a um valor de ajuda de custo por dia efetivamente trabalhado.

Art. 9º - É facultado ao servidor optar pelo auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, em substituição à ajuda de custo de que trata o artigo 4º desta Resolução.

§ 1º O servidor protocolizará, a qualquer momento, requerimento dirigido à área de recursos Humanos da FCS declarando sua opção nos termos referidos no caput.

§ 2º A opção de que trata este artigo prevalecerá, desde o mês em que foi protocolada a opção, até que o servidor solicite a sua revogação.

§ 3º O servidor poderá, a qualquer tempo, solicitar a revogação da opção de que trata este artigo, hipótese em que fará jus à percepção da ajuda de custo de que trata o artigo 4º a partir do dia 1º do mês em que foi solicitada a revogação.

Art. 10 - Na percepção de diárias de viagem será facultada a opção pelo recebimento da ajuda de custo de que trata o artigo 4º desta Resolução, observados os seguintes critérios:

I - Cumulado com o equivalente a sessenta e cinco por cento dos valores constantes dos Anexos I e II do Decreto nº 47.045, de 14 de setembro de 2016, conforme o caso, em substituição ao montante previsto no artigo 22 do referido Decreto, quando se tratar de percepção de diárias integrais; II - Em substituição ao montante previsto no artigo 24 do Decreto nº 47.045, de 2016, quando se tratar de percepção de diárias parciais.

Art. 11 – Caberá à Subsecretaria de Gestão e Apoio às Políticas Estratégicas - SGAPE o detalhamento e o acompanhamento periódico das metas constantes no Anexo I desta Resolução, bem como o fornecimento das informações relativas à situação de execução das mesmas.

§ 1º - As áreas da FCS realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, em 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Resolução, planejamento detalhado das metas e indicadores a que se referem o Anexo I.

§ 2º - As áreas da FCS realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, até o 8º dia posterior a cada período avaliatório, repasse das informações de execução das metas e indicadores constantes do Anexo I.

Art. 12 – As metas que tenham sido afetadas por razões extraordinárias, contingenciamento de recursos, modificação na orientação da execução das políticas públicas ou mudança na legislação, serão avaliadas pela comissão de avaliação de que trata o § 2º do art. 4º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, que deliberará sobre o acatamento da justificativa para o resultado alcançado.

Art. 13 – Ficam aprovadas as Metas e indicadores, constantes nos Anexos I desta Resolução.

Art. 14 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir da folha de pagamento de janeiro de 2019.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2018.
HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR
 Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
 Presidente da Câmara de Orçamento e Finanças
AUGUSTO NUNES FILHO Presidente da Fundação Clóvis Salgado

ANEXO I (a que se refere o art. 2º) Plano de Metas da FCS

(cod.)	Metas e Indicadores (nome)	Metas por período avaliatório						
		Jan - Fev 2019	Mar - Abr 2019	Mai - Jun 2019	Jul - Ago 2019	Set - Out 2019	Nov - Dez 2019	
1	Aumentar o número de vagas nas ações de formação cultural, artística e tecnológica do espetáculo.	0	1017	100	578	100	90	
2	Aumentar número de apresentações dos Corpos Artísticos da FCS	7	17	21	19	17	16	
3	Aumentar número ações de realizadas em espaços culturais gerenciados pela FCS	8	8	9	12	8	8	

21 1178767 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA COF/FHEMIG Nº 001 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018

Estabelece metas e indicadores a serem cumpridos pela FHEMIG e define os parâmetros e valores e pagamento da ajuda de custo específica com valores diferenciados de que trata o art. 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016.

A CÂMARA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF E A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhes confere o art.93, § 1º, inciso III da Constituição do Estado, e de acordo com o disposto no artigo 189 da Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016, e §5º do artigo 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017.

RESOLVEM:

Art. 1º - Esta Resolução define os parâmetros e limites para determinação do valor da ajuda de custo específica com valores diferenciados de que trata o parágrafo 5º do artigo 1º do Decreto 47.326 de 28 de dezembro de 2017 e dispõe sobre as condições para seu pagamento, no âmbito da FHEMIG.

Art. 2º - Para efeito de pagamento da ajuda de custo específica com valores diferenciados, a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – FHEMIG deverá cumprir as metas previstas no Plano de Metas e Indicadores para 2019.

§1º - A ajuda de custo específica com valores diferenciados, considerando que a FHEMIG é de natureza hospitalar, cuja atividade tem funcionamento em caráter especial e em turnos ininterruptos, será paga, proporcionalmente à jornada de trabalho igual ou superior a 06 (seis) horas, a todo servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo ou cargo de provimento em comissão, servidor à disposição da FHEMIG, bem como ao detentor de função pública e ao contratado nos termos da Lei nº 18.185, de 04 de junho de 2009, em exercício na FHEMIG, nos termos do artigo 4º, incisos I a IV desta Resolução.

§2º - Para fins de percepção da ajuda de custo, não descaracterizam o cumprimento da jornada de trabalho:

I – o cumprimento da jornada de trabalho em períodos diurnos e noturnos, desde que a jornada de trabalho diária do servidor seja de, no mínimo, 6 (seis) horas;

II – os atrasos e as saídas antecipadas previstas no art. 17 da Resolução SEPLAG nº10, de 1º de março de 2004, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, desde que compensados dentro do mês nos termos do art. 19 da referida Resolução;

III – As ausências motivadas pelas situações previstas nos incisos II, III, VI e VII do art. 31 da Resolução SEPLAG nº 10, de 2004, observados os incisos I a VI do §3º do artigo 2º desta Resolução.

§3º - Não farão jus a ajuda de custo:

I – o servidor cedido para outro órgão ou entidade, pertencente ou não à administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, ainda que com ônus para a FHEMIG;

II – o servidor em exercício, mesmo que em caráter esporádico ou excepcional, em órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo em virtude de requisição deste;

III – o servidor em afastamento para aposentadoria;

IV – o servidor liberado para mandato eletivo em diretoria de sindicato ou de entidade representativa de categoria de servidor público estadual, nos termos do artigo 34 da Constituição Estadual, considerando não se tratar de vantagem ou direito decorrente do cargo;

V – o servidor designado para o exercício de funções ou para o desempenho de missões de interesse público, ainda que prévia e expressamente autorizada pelo Governador do Estado;

VI – o servidor em exercício de mandato eletivo, com afastamento obrigatório do cargo.

§ 4º - A ajuda de custo específica com valores diferenciados será paga mensalmente, em pecúnia, tendo como base os dias efetivamente trabalhados e a nota total de desempenho obtida na avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores, levando-se em consideração, para efeito de desconto, todas as faltas injustificadas, conforme o registro de frequência do servidor.

Art. 3º - A ajuda de custo que trata o artigo 1º desta Resolução:

I - possui caráter indenizatório;

II – não se incorpora à remuneração nem aos proventos de aposentadoria;

III – não constitui base de cálculo de nenhuma outra vantagem.

Art. 4º – A ajuda de custo de que trata o art. 2º será paga alternativamente ao auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, e terá os seguintes valores por dia efetivamente trabalhado no mês, independentemente do cargo ou função:

I - jornada diária de 06 (seis) horas a 08 (oito) horas: R\$ 53,00

II - plantão de 09 (nove) horas a 10 (dez) horas: R\$ 73,00

III - plantão de 12 (doze) horas: R\$ 116,00

IV - plantão de 24 (vinte e quatro) horas: R\$ 232,00

§ 1º - A ajuda de custo não será paga quando o FHEMIG não atingir o patamar de 70% das metas previstas no Plano de Metas e Indicadores constante no anexo I, observados os valores da meta do referido período avaliatório e os estabelecidos nas alíneas “a” a “d” do § 2º deste artigo, hipótese em que os servidores mencionados no § 1º do artigo 2º farão jus ao auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017.

§ 2º – Na apuração dos resultados, serão observadas, para efeito de pagamento, as faixas de desempenho global da FHEMIG, previstas nas alíneas “a” a “d”:

- Resultado alcançado inferior a 70% da meta: Zero;
- Resultado alcançado de 70% a 80% da meta: 80% do valor previsto nos incisos I a IV do artigo 4º desta Resolução;
- Resultado alcançado de 80,01% a 90% da meta: 90% do valor previsto nos incisos I a IV do artigo 4º desta Resolução;
- Resultado alcançado de 90,01% a 100% da meta: 100% do valor previsto nos incisos I a IV do artigo 4º desta Resolução.

§ 3º - Caso a meta estabelecida para o período avaliatório não seja atingida, o pagamento da ajuda de custo a ela atrelado, feito antecipadamente, será descontado nos meses subsequentes, em quantidade de parcelas correspondentes ao número de meses em que se deu referido pagamento.

Art. 5º - O Plano de Metas e Indicadores previsto no Anexo I terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, mês de referência para o início do pagamento da ajuda de custo.

§ 1º - Nas folhas de pagamento dos meses de janeiro e fevereiro de 2019 serão lançados 70% (setenta por cento) do valor previsto nos incisos I a IV do artigo 4º desta Resolução, ficando estabelecido que até o 12º dia do mês de março/2019 será realizada a primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I.

§ 2º - Nas folhas de pagamento dos meses de março e abril de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto nos incisos I a IV do artigo 4º desta Resolução, relativo a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do primeiro bimestre, conforme apurado na primeira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 3º - Nas folhas de pagamento dos meses de maio e junho de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto nos incisos I a IV do artigo 4º desta Resolução, relativo a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do segundo bimestre, conforme apurado na segunda avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 4º - Nas folhas de pagamento dos meses de julho e agosto de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto nos incisos I a IV do artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do terceiro bimestre, conforme apurado na terceira avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 5º - Nas folhas de pagamento dos meses de setembro e outubro de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto nos incisos I a IV do artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do quarto bimestre, conforme apurado na quarta avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 6º - Nas folhas de pagamento dos meses de novembro e dezembro de 2019, além do pagamento mensal de 70% (setenta por cento) do valor previsto nos incisos I a IV do artigo 4º desta Resolução, relativa a este período, serão pagos mensalmente os valores remanescentes do quinto bimestre, conforme apurado na quinta avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I, na proporção de um mês para cada mês avaliado.

§ 7º - Os valores remanescentes do sexto bimestre, conforme apurado na avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores dos meses de novembro e dezembro de 2019, na forma do Anexo I, serão integralmente lançados na folha de pagamento do mês de janeiro de 2020.

§ 8º - Fica estabelecido que será realizada a avaliação da execução do Plano de Metas e Indicadores estabelecido no Anexo I até o 12º dia do mês subsequente a cada período avaliatório.

Art. 6º - Será descontado, a título de custeio de alimentação no local de trabalho, 4% do valor previsto nos incisos I a IV do art. 4º, conforme o caso, por dia trabalhado, de todos os servidores que fizerem jus à ajuda de custo de que trata esta Resolução.

Art. 7º - A ajuda de custo não poderá ser percebida cumulativamente com outras vantagens ou benefícios destinados ao custeio de alimentação ou refeição.

Art. 8º - A vedação prevista no artigo 7º não se aplica nas situações em que o servidor fizer jus, na data de publicação desta Resolução, ao vale alimentação ou ao vale- refeição, inclusive àqueles concedidos com base na autonomia orçamentária prevista no inciso V do art. 19 da Lei nº 17.600, de 1º de julho de 2008, cujo valor diário seja inferior ao estabelecido no artigo 4º, inclusive aos benefícios.

Parágrafo único. Nas situações de que trata o “caput”, o valor diário da ajuda de custo a ser percebida pelo servidor corresponderá à diferença entre o valor estabelecido no artigo 4º e o valor do respectivo vale alimentação ou vale- refeição.

Art. 9º - Para efeito do cálculo do valor a ser pago, as escalas deverão estar devidamente lançadas no Sistema de Apuração de Ponto da FHEMIG no final de cada mês.

Art. 10 - Não será paga ajuda de custo para jornada de trabalho realizada a título de plantões estratégico e sobreaviso, bem como horas extras.

Art. 11 - Os valores mensais percebidos pelos servidores plantonistas não poderão exceder a 11 (onze) plantões de 12 (doze) horas, tendo como referência o plantonista de 30 (trinta) horas.

Art. 12 - Nos casos de acumulação de cargos na FHEMIG; na FHEMIG com qualquer órgão do Poder Executivo Estadual à disposição da FHEMIG ou na FHEMIG com qualquer órgão do Poder Executivo Estadual, cuja soma de carga horária seja superior a trinta horas semanais, o servidor fará jus a um valor de ajuda de custo por dia efetivamente trabalhado.

Art. 13 - Para efeito de pagamento de ajuda de custo, as jornadas que estiverem contidas entre os intervalos previstos nos incisos I a IV do artigo 4º desta Resolução terão como referência os intervalos anteriores.

Art. 14 - É facultado ao servidor optar pelo auxílio de que tratam os arts. 47 e 48 da Lei nº 10.745, de 25 de maio de 1992, e o § 4º do art. 1º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, em substituição à ajuda de custo de que trata o artigo 4º desta Resolução.

§ 1º - O servidor protocolizará, a qualquer momento, requerimento dirigido ao Serviço de Gestão de Pessoas da Unidade da FHEMIG em que estiver lotado, declarando sua opção nos termos referidos no caput.

§ 2º A opção de que trata este artigo prevalecerá, desde o mês em que foi protocolada a opção, até que o servidor solicite a sua revogação.

§ 3º - O servidor poderá, a qualquer tempo, solicitar a revogação da opção de que trata este artigo, hipótese em que fará jus à percepção da ajuda de custo de que trata o artigo 4º a partir do dia 1º do mês em que foi solicitada a revogação.

Art. 15 - Na percepção de diárias de viagem será facultada a opção pelo recebimento da ajuda de custo de que trata o artigo 4º desta Resolução, observados os seguintes critérios:

I - cumulado com o equivalente a sessenta e cinco por cento dos valores constantes dos Anexos I e II do Decreto nº 47.045, de 14 de setembro de 2016, conforme o caso, em substituição ao montante previsto no artigo 22 do referido Decreto, quando se tratar de percepção de diárias integrais; II - em substituição ao montante previsto no artigo 24 do Decreto nº 47.045, de 2016, quando se tratar de percepção de diárias parciais.

Art. 16 – Caberá à Subsecretaria de Gestão e Apoio às Políticas Estratégicas - SGAPE o detalhamento e o acompanhamento periódico das metas constantes no anexo I desta Resolução, bem como o fornecimento das informações relativas à situação de execução das mesmas.

§ 1º - As áreas da FHEMIG realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, em 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Resolução, planejamento detalhado das metas e indicadores a que se referem o Anexo I.

§ 2º - As áreas da FHEMIG realizarão junto à SGAPE/SEPLAG, até o 8º dia posterior a cada período avaliatório, o repasse das informações de execução das metas e indicadores constantes do Anexo I.

Art. 17 – As metas que tenham sido afetadas por razões extraordinárias, contingenciamento de recursos, modificação na orientação da execução das políticas públicas ou mudança na legislação, serão avaliadas pela comissão de avaliação de que trata o § 2º, do Art. 4º do Decreto nº 47.326, de 28 de dezembro de 2017, que deliberará sobre o acatamento da justificativa para o resultado alcançado.

Art. 18 – Ficam aprovadas as Metas e Indicadores, constantes nos Anexos I desta Resolução.

Art. 19 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir da folha de pagamento de janeiro de 2019. Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2018.

HELVECIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR
 Secretário de Estado de Planejamento e Gestão
 Presidente da Câmara de Orçamento e Finanças
VÂNIA MARIA SOUZA MELO PINTO DA CUNHA
 Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

ANEXO I
Plano de Metas e Indicadores - 2019

(cod.)	Metas e Indicadores (nome)	Limite	Critério de aceitação de concluído	Metas por período avaliatório						
				Jan - Fev 2019	Mar -Abr 2019	Mai -Jun 2019	Jul - Ago 2019			